



DISCURSO DE ABERTURA DO XIII ENCONTRO NACIONAL 2021

Abrimos o XIII Encontro Nacional de Fóruns, ainda em modo virtual, em função de uma pandemia que coloca o segmento idoso em situação inusitada.

Reclassificados como “Grupo de Risco”, as pessoas idosas oscilam entre um discurso de proteção e solidariedade que se transforma em discriminação e novas formas de maus tratos.

Chegou, inclusive, a entrar em discussão, em 2020, os protocolos de alocação dos recursos escassos, com diversos profissionais de saúde, pesquisadores, e parlamentares defendendo que deveríamos oferecer os leitos primeiro para os mais jovens em detrimento dos mais velhos. Isso mostra muito o ponto a que chegamos.

Na verdade, continuamos como guerreiros incansáveis defendendo as causas que consideramos inegociáveis: o desmonte das políticas públicas.

Somos uma articulação de Fóruns, que trabalha as lideranças da sociedade civil do segmento. Num universo do segmento idoso constituído por todos os matizes, somos um movimento social, com independência e autonomia, no processo de conquista e defesa dos direitos da pessoa idosa, desde a nossa Carta de Princípios.

Reafirmamos, sempre, nosso formato INSTITUINTE, onde as demandas do segmento se transformam em lutas e conquistas por direitos e políticas públicas, fazendo avançar as estruturas existentes nas esferas INSTITUÍDAS.

Diante do grave cenário atual, continuamos a propor temas que possibilitem a discussão de DEFESA DE DIREITOS DAS PESSOAS IDOSAS, que não estão descoladas da defesa dos trabalhadores, das mulheres, dos negros, dos indígenas, das domésticas e de todas as minorias. Somos de uma geração que foi protagonista na luta pela conquista dos direitos que hoje dispomos. A luta pelo SUS, a Constituinte, onde afirmamos nosso direito à participação popular, protagonizada pelos conselhos de direitos.

Não queremos Decretos para acabar com as nossas conquistas que levamos tantos anos para conquistar.

Esses Decretos, que desmontam estruturas construídas ao longo dos anos, são resultado de uma política equivocada, que confunde as pessoas, cujo alvo é atacar a democracia. Em especial, reivindicamos a reconstituição do CNDI, desconfigurado pelo Decreto 9893/2019, para sua estrutura original e com alternância em sua presidência.

Reafirmamos que nos contrapomos à CARTILHA DO BANCO MUNDIAL, onde se argumenta que o Brasil deve reformar sua Previdência Social. A Previdência foi reformada e não visualizamos melhoras para o segmento. Nossa tarefa é encontrar alternativas.

De fato, a Reforma da Previdência efetivada não trouxe o alívio da dívida pública, conforme prometido. Não trouxe mais verbas para a saúde, educação, segurança pública. Essa reforma não atendeu aos trabalhadores, agora condenados a trabalhar por mais tempo.

Já apontamos que, no lugar de uma Reforma da Previdência, deveríamos observar a ineficiência do sistema, o desvio das verbas da Seguridade Social, o afastamento das suas finalidades, as isenções fiscais, as desonerações tributárias, as desvinculações das receitas da Seguridade, a DRU, conforme denuncia a ANFIP, Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, para não continuar a trazer o caos de que acusam o envelhecimento.

Já havíamos constatado, nos Encontros anteriores, que a reforma necessária seria o corte dos juros abusivos, um dos vilões que consomem nosso orçamento.

Agora, nos deparamos com a intenção da OMS de classificar velhice como doença. Sem dúvida esta proposta está inserida no contexto de favorecimento da indústria farmacêutica. Porque, a mensagem é que, se envelhecimento é doença, pode ser tratável com medicamentos. A estratégia é curar algo intrínseco à vida e deixar as pessoas ainda mais sujeitas aos efeitos colaterais dos remédios. Querem introduzir pílulas da juventude e outras tecnologias desumanas.

E, sem dúvida, trazendo impacto no reforço dos estereótipos negativos já existentes, o agravamento dos estigmas contra a pessoa idosa. Sem contar o impacto desta proposta da OMS nos planos de saúde, previdência e políticas públicas para pessoas

idosas. E o que é pior, o impacto nas escolas de medicina, provocando uma reversão de conceitos nos médicos que estão sendo formados agora.

Reafirmamos: o envelhecimento é um fenômeno biológico normal, que atinge todos os organismos vivos e deve ser visto como desafio e não como justificativa para a retirada de direitos e efetivação de reformas como a Reforma da Previdência ou políticas anti-envelhecimento. Portanto, consideramos a visão de que o envelhecimento será responsável pelo déficit nas contas públicas um equívoco.

Combateremos sempre estas visões estáticas, mecanicistas, expressas em gráficos, que levam em consideração apenas números captados do passado sem a necessária transposição para os tempos futuros, sem a apreensão do salto qualitativo presente nas análises históricas. Acreditamos que a humanidade recria constantemente seu vir a ser, na superação de seus desafios, como no atual momento, em que uma pandemia desafia a montagem dos gráficos estatísticos.

Então, reafirmamos que o problema do orçamento não está na aposentadoria, e no envelhecimento, mas no pagamento de juros de uma dívida que não contraímos e com a qual não concordamos!
AUDITORIA DA DÍVIDA JÁ!

Denunciamos a emenda do teto de gastos, EC 95, resultado do compromisso com a chamada “responsabilidade fiscal” que congelou o investimento em saúde e educação, resultando na piora das condições de vida da população. Nesta pandemia pudemos constatar o resultado de um SUS sucateado.

Nos contrapomos à PEC 32, que penaliza ainda mais os servidores públicos, categoria sempre alvo de ataques, numa perspectiva de fragilização de sistemas públicos construídos ao longo de décadas, como o SUS, que se revela ímpar neste período de pandemia.

É neste espaço do ENCONTRO NACIONAL que construímos nosso fazer, refletimos sobre a situação da pessoa idosa no Brasil, especialmente nas regiões representadas para alcançar nossos objetivos.

Para tanto, continuamos o esforço por construir fóruns da sociedade civil nos Estados.

O Fórum Nacional, no momento, é uma das instituições que integra, a coordenação da fase Brasil do Encontro Regional, organizada pelo CORV - Coordinación Regional de Organismos de la Sociedad Civil de América Latina y el Caribe sobre Envejecimiento y Vejez. A nível internacional, reafirmamos a reivindicação de que o Brasil ratifique a Convenção Interamericana, o que pode representar a garantia de manutenção de nossos direitos através dos tribunais internacionais.

A garantia da manutenção dos direitos depende enormemente de organizações fortes e com numerosos participantes! Os Fóruns vieram para dar um novo formato a esta luta das pessoas idosas, na perspectiva da sociedade civil, pela garantia dos direitos já adquiridos e na busca de fazer cumprir a legislação já existente!

Por fim, apresentamos nosso sentimento de pesar pelo triste número de mortes apresentados pelas estatísticas, das quais muitas poderiam ter sido evitadas.

Com estas reflexões, a COORDENAÇÃO NACIONAL DO FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DA SOCIEDADE CIVIL PELOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA dá por aberto o XIII ENCONTRO NACIONAL!

Em 17.11.2021